

# A CRÍTICA KANTIANA À METAFÍSICA: REFLEXÕES METODOLÓGICAS

---

Márcia Arnaud Antunes\*

**SUMÁRIO:** 1. Introdução; 2. A analítica transcendental; 3. A dialética transcendental; 4. Bibliografia.

## 1. Introdução

Kant entende por crítica, o exame e solução do problema sobre a “possibilidade ou impossibilidade de uma Metafísica em geral e a determinação de suas fontes, de seu âmbito e de seus limites, tudo segundo princípios”<sup>1</sup>.

Sua questão principal não se refere à possibilidade de pensar, mas sim ao que e quanto podem conhecer a razão e a inteligência desembaraçadas de toda experiência.

Todo conhecimento começa com a experiência, o que não quer dizer que todo conhecimento deve brotar da experiência, uma vez que o conhecimento empírico pode ser apenas um composto do que recebemos por meio de nossos sentidos e do que nossa faculdade cognitiva tenha dado de si mesma, sendo este aditamento dificilmente discernível sem prolongado exercício.

Há conhecimento que independe da experiência - o conhecimento **a priori**, que não falta mesmo à inteligência comum. A distinção entre o conhecimento puro e o empírico é dada pela necessidade e universalidade do primeiro. A experiência apenas pode indicar que algo vem acontecendo desta maneira, que alguma coisa é desta forma, mas não indica nada além de que não se encontrou exceção a certas regras. A experiência, como um todo, precisa de certeza necessária e universal das regras gerais, uma vez que sem estas, ela mesma não poderia ser certa.

O objeto da filosofia seria determinar a possibilidade, os princípios e o âmbito de todos os conhecimentos **a priori**. A essa tarefa se propõe Kant desenvolvendo sua discussão sobre o **a priori**, como uma teoria do juízo. Divide os juízos em analíticos e sintéticos:

---

\* Professora Titular de Introdução ao Estudo do Direito da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Professora da PUC/SP, Mestre e Doutoranda em Filosofia do Direito da PUC/SP.

<sup>1</sup> KANT- *Critique de la Raison Pure*.

analíticos são aqueles em que o predicado expressa o que já está contido no sujeito, sendo o nexos entre o sujeito e predicado pensado por meio do princípio de identidade e a conveniência entre ambos é dada pelo princípio de contradição. No juízo sintético o predicado acrescenta algo ao conceito do sujeito; o nexos entre sujeito e predicado é dado pela experiência nos sintéticos **a posteriori**, mas nos sintéticos **a priori** não ocorre experiência e portanto se impõe a questão: como são possíveis os juízos sintéticos **a priori**?

Esta questão se subdivide em questões especiais:

Como é possível a Matemática pura?

Como é possível a ciência da natureza pura?

Como é possível a Metafísica? a) como metafísica natural, b) como metafísica científica.

Tendo em vista a existência real da matemática e da física e por ser o real antes de mais nada possível, devemos perguntar como – essas – são possíveis. Mas quanto à metafísica, por ter progredido mal até hoje e por não se poder dizer que exista realmente, há toda razão de se duvidar de sua possibilidade, apesar da metafísica ser dada como real enquanto tendência natural. Indagar a respeito de como é possível a metafísica como tendência natural é perguntar como se originam as questões que à razão pura sempre provocou contradições e conseqüentemente não podemos nos contentar com a metafísica natural, ou seja com a pura faculdade de raciocinar, mas precisamos estender a nossa razão pura com segurança ou então impor-lhe limites certos e seguros. Resta responder a questão: como é possível a metafísica como ciência?

Para responder a esta questão Kant elabora a “**Crítica da Razão Pura**” que serve para esboçar o plano de uma “**filosofia transcendental**”, uma vez que trataria não tanto de objetos, mas do modo de conhecer objetos enquanto são **a priori**. Esta ciência se divide em: Estética Transcendental e Lógica Transcendental (analítica transcendental e dialética transcendental).

A estética, para Kant, se refere à sensibilidade, e Estética transcendental vem a ser “uma ciência de todos os princípios da sensibilidade **a priori**”.

Segundo Kant o processo do conhecimento sensitivo seria o seguinte: objetos exteriores – sensibilidade – sensação – intuição (empírica). O objeto indeterminado de uma intuição empírica chama-se **fenômeno**, em que o que corresponde à sensação é a **matéria** do fenômeno, e o que coaduna a multiplicidade da matéria é a **forma** do fenômeno. A forma da intuição sensitiva encontra-se **a priori** na mente e pode também chamar-se intuição pura e possui duas formas: o tempo e o espaço.

Segundo Kant, o espaço não é uma sensação, pois é necessário e nenhuma sensação é necessária. O espaço é uma representação necessária **a priori** uma vez que posso pensar o espaço sem objetos, mas não posso pensar o espaço como sendo inexistente. Talvez pudesse ser um conceito, mas não o é, posto que o conceito se aplica a uma variedade de objetos e o espaço é somente um, ainda que dotado de determinações particulares. O espaço, segundo Kant<sup>2</sup>, não representa nenhuma propriedade das coisas em si, nem suas relações mútuas, mas é a forma dos fenômenos dos sentidos exteriores, possuindo valor objetivo relativamente a tudo

que exteriormente se nos pode apresentar e concomitantemente a idealidade do espaço relativamente às coisas quando pensadas em si mesmas pela razão.

Segundo o nosso autor, o tempo também não é uma sensação, posto que todas as sensações o pressupõem. Tempo é representação necessária, porque posso conceber acontecimentos e fatos como inexistentes, mas não o tempo. O tempo é único, assim como é o conceito.

O tempo não existe por si, mas é apenas a forma do sentido interno, isto é, a forma da intuição de nós mesmos e de nosso estado interno, é condição formal **a priori** de todos os fenômenos.

Resumindo, tempo e espaço são intuições puras e contém as condições **a priori** da possibilidade dos objetos como fenômenos. Espaço é a forma **a priori** do sentido exterior e o tempo do interior, sendo formas **a priori** da sensibilidade, temos como consequência sua idealidade transcendental.

## 2. A analítica transcendental

A analítica transcendental compreende a analítica dos conceitos e a analítica dos princípios. A dos conceitos não é para Kant, a análise segundo seu conteúdo, mas a análise da própria faculdade intelectual onde se encontrariam os conceitos puros, que seriam determinados por regra ou princípio que estabeleceria **a priori** o seu lugar e número. No sentido de mostrar qual seria esse princípio ou regra, nosso autor tece a seguinte consideração: as intuições baseiam-se em afecções dos sentidos e os conceitos em funções do entendimento, em que funções tem o sentido de unidade da ação de ordenar diferentes representações numa comum. Entretanto, as funções do entendimento podem ser reduzidas a juízos e as funções do entendimento podem ser encontradas se se puder apresentar as funções da unidade nos juízos, isto é, as funções unificadoras nos juízos. Kant distingue quatro, cada uma dotada de três momentos:

- Quantidade: universais, particulares, singulares;
- Qualidade: afirmativos, negativos, infinitos;
- Relação: categóricos, hipotéticos, disjuntivos;
- Modalidade: problemáticos, assertórios, apodíticos.

Destas funções unificadoras ou lógicas são deduzidas as categorias, através da síntese (que é entendida como a ação de unir representações num conhecimento). A função que dá unidade às representações num juízo serve também para unificar diversas representações sintetizadas numa intuição ou categoria ou ainda conceito puro do entendimento, teríamos assim as seguintes categorias:

- Quantidade: unidade, pluralidade, totalidade;
- Qualidade: realidade, negação, limitação;

---

<sup>2</sup> Em conformidade ao dizer de Newton: "o espaço absoluto permanece constantemente igual e imóvel, em virtude de sua natureza, e sem relação alguma com nenhum objeto exterior; o espaço relativo, ao contrário, é uma medida ou uma parte móvel do primeiro, que nossos sentidos assinalam graças à sua relação a outros corpos e que, geralmente, se confunde com o próprio espaço imóvel, por erro ...".

— Relação: substância e acidente; causalidade e dependência; comunidade;  
— Modalidade: possibilidade - impossibilidade; existência-inexistência; necessidade-contingência.

Além dessas categorias originais, o filósofo indica categorias derivadas (Predicáveis): ação-paixão, presença, mudança, etc.

Um problema que surge a partir deste quadro é o seguinte: sendo as categorias subjetivas, como podem ser aplicadas à realidade e ter valor objetivo?

Kant lança-se a ele empregando vários conceitos de síntese: a síntese da apreensão que liga as representações da intuição, a da reprodução que une as presentes com as passadas (parece chamá-la também síntese da imaginação); a da reconhecimento que une as representações a um conceito. Todas as sínteses listadas são finalmente reunidas na **apercepção transcendental** que é unidade da consciência pura e imutável que torna possível o conhecimento, e que não deve ser confundida com a consciência empírica que se chama **apercepção empírica**. Através desse recurso as leis subjetivas **a priori** passam a valer também no mundo fenomênico.

Assim introduzimos regularidade e ordem nos fenômenos e não as encontraríamos se aí não tivessem sido postas pela nossa mente.

A analítica dos princípios fornece à faculdade de julgar, o critério de aplicação aos fenômenos, dos conceitos do entendimento que trazem em si regras **a priori**. A aplicação dos conceitos aos fenômenos deve obedecer a um “esquema transcendental” que é intermediário certo e **a priori** e que como tal tem elemento comum tanto aos conceitos como aos fenômenos: este esquema é o tempo, que sendo condição formal do sentido interno que possibilita a ligação de todas as representações, é por outro lado **a priori**. Os esquemas são somente determinações temporais **a priori** e que de acordo com os quatro grupos categoriais determinam: sucessão temporal, conteúdo temporal, ordem do tempo e síntese temporal.

Após isto, demonstração geral de que a faculdade de julgar apenas produz juízos sintéticos **a priori** aplicando categorias aos fenômenos através de esquemas, passa à dedução (como este método) dos juízos daí decorrentes: o de contradição, norma geral de todos os princípios é de que não sejam contraditórios. Este princípio é analítico e assim não contém a expressão “ao mesmo tempo” que a vincularia aos resultados sintéticos.

A seguir passa à consideração dos juízos sintéticos **a priori** e que obedecem à divisão das categorias donde decorrem. Aos princípios decorrentes dos dois primeiros grupos denomina de matemáticos e dos dois últimos dinâmicos. Temos assim:

1) axiomas da intuição (todas as intuições são grandezas extensivas);

2) antecipação da percepção (em todo fenômeno o real, que é objeto da sensação tem um grau, isto é, uma grandeza intensiva).

3) analogias da experiência (a experiência só é possível pela representação de conexão necessária entre percepções. Há três analogias:

a - princípio da permanência da substância: (na mudança dos fenômenos, seja qual for, permanece a substância e não há qualquer alteração na sua quantidade, em a natura);

b - princípio da sucessão no tempo segundo a causalidade: (todas as mudanças fazem-se de acordo com a conexão de causa e efeito);

c - princípio da simultaneidade: (todas substâncias enquanto podem ser percebidas simultaneamente no espaço estão em reciprocidade constante).

4) postulados do pensamento empírico em geral:

a - é possível o que concorda com condições formais da experiência;

b - é real o que é coerente com condições materiais da experiência;

c - existe necessariamente tudo aquilo cuja coerência com o real é determinada segundo as condições gerais da experiência.

Concluindo a analítica transcendental nosso autor expõe o que entende por fenômeno e nômemo. Os fenômenos enquanto pensados como objetos, de acordo com a unidade das categorias, chamam-se fenômenos, mas se faço a suposição de coisas que apenas são objetos do entendimento, tenho nômemos, ou uma coisa em si.

Apenas através da união do entendimento e da sensibilidade é possível a determinação de objetos. Se os separamos temos intuições sem conceitos ou conceitos sem intuições e em qualquer dos casos representações, não relacionáveis com qualquer objeto determinado. O entendimento apenas pode fazer uso empírico de seus princípios e conceitos, isto é empregá-los apenas para objetos de uma experiência possível e nunca a uma coisa em si, uso que seria então denominado uso transcendental.

### 3. A dialética transcendental

Nesse ponto de seu trabalho Kant deixa bastante clara a sua crítica à metafísica que o antecedeu. Passaremos a resumir suas posições como vimos fazendo até este momento.

A dialética transcendental ocupa-se da descoberta da ilusão dos juízos transcendentais. A verdade, o erro e a aparência (ilusão) encontram-se apenas no juízo, que estabelece relação entre objeto e entendimento. Verdade formal consiste na conformidade entre entendimento e leis do entendimento. Aparência lógica é a aparência dos paralogismos e desaparece ao se atentar para as regras da lógica. Aparência transcendental é a de princípios não baseados na experiência. Princípio que transborda os domínios da experiência chama-se princípio trans-

cedente. A aparência transcendental não desaparece ao ser descoberta pela crítica transcendental pelo fato de existirem certas regras fundamentais e máximas de uso em nossa razão (faculdade subjetiva) que se assemelham a princípios objetivos e assim a necessidade subjetiva de um certo vínculo entre nossos conceitos é tomada como necessidade objetiva de determinação das coisas em si.

O entendimento é faculdade de regras e a razão, faculdade de princípios. O primeiro estabelece unidade entre fenômenos através de regras e a razão estabelece unidade entre as regras do entendimento através de princípios e assim se refere ao entendimento e não à experiência ou a algum objeto. Além disso, a razão é uma faculdade de concluir e procura em seu uso lógico a condição geral de seu juízo e a conclusão da razão é apenas um juízo, através da suposição de sua condição sob uma regra geral. Mas esta regra está sujeita a uma determinação (a condição da condição) e assim fica claro que o princípio da razão no uso lógico é determinar para o conhecimento condicionado do entendimento, o incondicionado e assim completar a unidade do mesmo.

Nessa determinação a razão chega a conceitos puros da razão ou idéias que é um conceito da razão ao qual não se pode atribuir objeto congruente sensorial, e assim são idéias transcendentais por ultrapassarem os limites de toda experiência. Com o uso do raciocínio categórico a razão será levada necessariamente ao conceito da unidade absoluta do sujeito pensante, com o uso do raciocínio hipotético ao conceito de absoluto na série dada de condições e com o raciocínio disjuntivo chegará de modo necessário ao conceito do ser dos seres. Destarte as idéias transcendentais podem ser reduzidas a três classes que contém: a unidade absoluta do sujeito, a unidade absoluta do sujeito pensante (mais precisamente); a unidade absoluta da série de condições dos fenômenos; a unidade absoluta da condição dos objetos do pensamento em geral. Correspondem a essas idéias, respectivamente: a Psicologia, a Cosmologia e a Teologia transcendentais.

É decorrência do que foi dito o status regulativo e não constitutivo das idéias e assim não podem ser empregadas como se a elas correspondesse um objeto real. E isto porque a razão jamais se refere a um objeto, mas ao entendimento e através deste ao seu emprego empírico; não cria conceito de objetos, mas simplesmente ordena-os, unifica-os. É a razão humana que tende a se iludir e atribuir realidade objetiva a essas idéias criando para a idéia da alma os “paralogismos transcendentais”, para a idéia do mundo as “antinomias da razão pura” e para a idéia de Deus, o “ideal da razão pura”.

Kant aponta quatro paralogismos: o da substancialidade da alma, o da simplicidade, o da personalidade e o da idealidade. Estes paralogismos são sofismas porque as categorias predicadas da alma são empregadas ora transcendentemente ora empiricamente.

Quanto às antinomias, estas são em número de quatro e suas teses são as seguintes:

1 - O mundo tem um começo no tempo e é limitado no espaço;

2 - Toda substância composta no mundo é constituída de partes simples e nada há a não ser o simples ou o composto deste;

3 - A causalidade segundo leis da natureza não é a única da qual se deduzem os fenômenos do mundo, mas é necessário admitir causalidade livre para explicá-los;

4 - Ao mundo pertence algo que, tanto como parte ou como causa, é um ser simplesmente necessário.

A cada tese corresponde uma antítese:

1 - O mundo não tem começo nem limite no espaço, mas é infinito no tempo e no espaço;

2 - Nenhuma coisa composta no mundo é constituída de partes simples e não há nada simples no mundo;

3 - Não há liberdade, mas tudo no mundo sucede segundo leis da natureza;

4 - Não existe um ser simplesmente necessário no mundo, nem fora do mundo, como sua causa.

Kant pretende resolver as antinomias empregando um método que denomina cético e que consiste em verificar se o objeto discutido não é uma ilusão.

O princípio da razão pura resolve as antinomias e para tanto lembra a distinção das categorias em matemáticas (quantidade e qualidade) e dinâmicas (relação e modalidade). O primeiro tipo permite apenas condições sensitivas na série de fenômenos, condições que podem ser experienciadas. Tese e antítese das duas primeiras antinomias admitem na série aquilo que fica fora da experiência e então estão erradas.

As duas últimas antinomias tem categorias dinâmicas e assim admitem um elemento inteligível que fique fora da série de condições e assim tese e antítese da terceira e quarta antinomias podem ser verdadeiras, uma vez que liberdade e ser necessário são meramente inteligíveis e portanto podem ser negados ou afirmados.

Já o ideal da razão pura encerraria todos os predicados possíveis das coisas e seria uma totalidade da realidade; o conceito do ente de tal ideal é Deus e o Ideal da Razão Pura é objeto então de uma teologia transcendental.

A existência de Deus era defendida basicamente por três argumentos: o ontológico, o cosmológico e o teleológico.

O ontológico é formulado por Kant da seguinte maneira (aproximada): Há um único conceito (o de ente realíssimo) cujo não-ser seria contraditório. A existência está contida no conceito de ente realíssimo, isto é, a existência está no conceito de um possível. Suspendendo-se o objeto, nega-se sua possibilidade, o que é contraditório.

Objeção kantiana: O Juízo: “esta coisa possível, existe” é analítico e se não o for, é sintético. Se for analítico, nada nos acrescenta de novo e temos uma tautologia. Se sintético, o predicado da existência pode ser negado, sem contradição.

O segundo, o cosmológico é assim expressado: Se existe algo, deve existir tam-

bém um ente absolutamente necessário. Ora, eu existo. Assim, deve existir um ser absolutamente necessário. Esse ser absolutamente necessário, é o ser realíssimo que deve ser definido perfeitamente por seu conceito, para ser a causa incausada. Ora, há apenas um único conceito de coisa que a define **a priori** perfeitamente, e este é o de ente realíssimo. Portanto, com o conceito de realíssimo ente pode-se pensar um ente necessário e assim há um ente realíssimo necessariamente.

Objeção kantiana: concluir do contingente para a causa implica um princípio transcendental que não tem sentido fora do mundo dos sentidos, ainda, uma conclusão que parte de uma série infinita de causas rumo a uma causa primeira não tem justificativa nem no mundo dos sentidos, nem quando o ultrapassa. Além disso, não haveria justificativa para a razão julgar ter completado a série de causas pela eliminação das causas subalternas, sem o que não haveria o conceito de necessidade e finalmente há a confusão da possibilidade lógica do conceito de ente realíssimo com sua possibilidade transcendental, que pressupõe a experiência.

Finalmente nosso autor formula o teleológico da seguinte maneira: Há no mundo sinais claros de ordem segundo determinada intenção cumprida com grande sabedoria num todo múltiplo de conteúdo e ilimitado em extensão. Ora, esta ordem finalística é absolutamente estranha às coisas deste mundo, sendo-lhes apenas contingente, isto é, a natureza não poderia, por si, escolher estes meios e ordem, mas há pressuposição de um princípio ordenador, segundo idéias fundamentais. Assim, há necessariamente uma (pelo menos uma) causa sublime que seja inteligência livre. A unidade desta causa é depreendida das relações recíprocas das partes observáveis do mundo, como membros de construção artificial e daquelas não—observáveis, mas prováveis, segundo os princípios da analogia.

Objeção kantiana: O argumento passa da ordem do mundo por analogia com coisas cujas causas inteligentes e modos de agir conhece para uma causa inteligente que desconhece. Ora, esse argumento prova a contingência da forma e não da matéria, i.e., a substância do mundo. Isso requereria a prova da incapacidade das coisas do mundo para a produção da ordem vigente e com isto requerer-se-ia um arquiteto do mundo e não um criador. Sendo a ordem do mundo contingente, o argumento concluiu de conceitos transcendentais a existência de ente absolutamente necessário e do conceito de necessidade absoluta para a definição de ente realíssimo. Assim o argumento passa para o cosmológico e deste para o ontológico, executando seu propósito exclusivamente no domínio da razão pura, embora rejeitasse qualquer vínculo com ela e se pretendesse exclusivamente ligado à experiência.

Desta maneira, Kant acaba por concluir que apenas o ontológico é possível se for possível um argumento de tão sublime proposição que ultrapassa todo emprego empírico do entendimento. Além disso, mostra que alma, mundo e Deus são apenas idéias vazias de conteúdo, subjetivas e cuja função principal seria a de ordenar nossos conhecimentos e reduzi-los a um sistema.

Esse é de modo geral o desenvolvimento da **Crítica da Razão Pura** que procuramos aqui resumir.



Na elaboração de sua crítica à Metafísica, Kant referiu-se aos sistemas de Leibniz e de Wolff que sistematizara a metafísica do primeiro e introduzira uma nova divisão sistemática da filosofia: propedêutica, teórica e prática. A primeira subsumia a lógica, a prática cuidava da moral e a terceira constituía a metafísica propriamente dita. A metafísica era dividida, por sua vez, em geral e especial. A metafísica geral cuidava da ontologia e a especial da psicologia, cosmologia e teologia racional, ou natural.

A impugnação kantiana à Metafísica volta-se pois mais diretamente à filosofia leibniz-wolffiana que de modo geral poderia ser assim descrita: A filosofia é um saber organizado e baseado num exame racional dos conceitos e tem por finalidade proporcionar ao homem um conhecimento claro dos princípios teóricos e práticos. A análise filosófica funda-se nos princípios de contradição e no de razão suficiente, que não tem apenas alcance lógico, mas também ontológico: são leis supremas às quais obedecem tanto pensamento quanto realidade. O método de dedução “lógico-ontológico é necessário caso não se deseje excluir nenhum elemento fundamental na cadeia de conhecimentos. Isso não quer dizer que se possa deduzir todos os conhecimentos totalmente dos princípios citados - há conhecimentos oriundos da experiência e que são apenas prováveis, mais precisamente, há princípios oriundos da experiência e que geram conhecimentos prováveis. Apenas o saber rigoroso e completo refere-se a verdades necessárias e não contraditáveis.

A filosofia trata de todas as coisas possíveis (não contraditórias) e das causas e modos de sua possibilidade. A filosofia teórica tem no princípio de contradição seu esteio, dele derivando o de razão suficiente, para o estudo da ontologia. A essência de um ente é constituída por suas determinações e estas proporcionam a referência para seus modos. As primeiras são constantes e estes últimos são ocasionais e temporais. O composto é constituído por elementos simples ou substâncias e não está no espaço como ser absoluto, mas como justaposição, nem no tempo, onde está disposta como ordem de sucessão. A ontologia proporciona a base conceitual para a cosmologia, para a psicologia e para a teologia natural.

A cosmologia wolffiana trata das leis dos movimentos dos corpos da massa e da força dos compostos enquanto cognoscíveis **a priori**. A matéria e a força são produtos de elementos simples interdistintos por qualidades e atividades.

A psicologia wolffiana cuida das entidades simples que possuem força representativa e se manifestam na cognição e na volição. As sensações são consideradas como representações obscuras e o entendimento é superior a elas, com suas representações claras e distintas e também o é a razão, com suas deduções e conclusões.

Em termos da teologia natural, Wolff desenvolve o argumento cosmológico e a chamada (por Kant) prova ontológica. A concepção de Deus e a justificação do mal seguem os elementos da teodicéia proposta por Leibniz, muito embora faça desaparecer de seu sistema a harmonia inter-monadas e estabeleça apenas a harmonia alma-corpo afastando assim sua argumentação daquela de Leibniz em termos da filosofia prática (confrontar: **Wolff e il razionalismo precritico**, introd. ed. 1939, tese apresentada na Univ. de Roma por M. Campo).

Fica bastante claro que Kant dirigia seus ataques à metafísica dogmática leibniz-wolffiana e não lhe bastava afirmar que as idéias transcendentais de mundo, alma e Deus são vazias, mas era preciso deixar claro que a objetividade destas idéias era demonstrada através de “raciocínios dialéticos da razão pura” e que esta ilusão metafísica era oriunda de uma “necessidade humana”.

O erro da psicologia é de que se apóia em paralogismos, uma vez que as categorias predicadas do ego ora são empregadas em sentido transcendental, ora empírico. Afirma que analisando um dos paralogismos pode-se concluir acerca da validade dos demais. Kant comenta um silogismo do seguinte tipo: Aquilo que só pode ser pensado como sujeito é substância, logo o ser pensante enquanto tal é substância. Nesse caso, o pensar é tomado nas duas premissas em sentido diferente, na primeira fala-se de em coisas que só podem ser pensadas como sujeito e na segunda no pensar, em que o ego serve sempre como sujeito da consciência em todas as instâncias e assim não se pode concluir: apenas posso existir como sujeito, mas sim: ao pensar em minha existência só posso ser sujeito do juízo, que é proposição analítica que nada diz sobre a espécie de minha existência.

Ao analisar as antinomias e deixar que liberdade e a idéia de Deus existam abre realmente o caminho para sua crítica mais radical; a metafísica é impossível se depender de prova teórica. Com as quatro teses expostas as posições racionalistas e com as antíteses as dos empiristas e se refuta de saída a possibilidade da colocação de criação ou incriado, inextenso, ou extenso, deixa para a liberdade e Deus a possibilidade de existência ou inexistência e com isso a possibilidade de resolução para a metafísica na esfera da prática ou esfera da moralidade. Na esfera da razão prática não há necessidade de afastar as idéias de liberdade, Deus ou imortalidade, que aparecem como postulados da razão prática e assim se encontram mais imbricadas na existência humana do que se dependessem exclusivamente dos argumentos produzidos pela razão pura. Além disso, fica resolvida a questão religiosa e com a colocação das idéias de Deus, liberdade e imortalidade no **noumenal** fica resolvida a aparente contradição (em seu sistema) entre o determinismo da Natureza e a liberdade, impossibilitando ao mesmo tempo a moralidade, que no entanto é justificada plenamente e com a universalidade necessária e fica possibilitada a metafísica do dogmático-prático que é caminho para uma “metafísica intuitiva”, que embora impossível para o homem enquanto indivíduo, poderá ser possível para a espécie. A respeito seria interessante focar ainda o seu *Sobre a Educação*, o que deixamos de fazer por não de adequar ao tema de modo perfeito.

#### 4. Bibliografia

BRÉHIER, E. *História de la Filosofía*. Buenos Aires: Editora Sulamericana, 3 vol., 1962.

CAMPO, M. *Cristiano Wolff e il Razionalismo precritico*. Tomo I, Roma: Univ. Roma, 1939,

CIFUENTES, Alejandro Llano. *Fenomeno y Trascendencia en Kant*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, SA, 1973.

KANT, I. *Critique de la Raison Pratique*. Trad. Picavet, F., Paris: P.U.F., 1973.

\_\_\_\_\_. *Critique de la Raison Pure*. Trad. Tremesaygues, A. e Picaud, B. Paris: P.U.F., 1973.

WEBER, A. *Histoire de la Philosophie européenne*. Paris: Librairie Fischbacher, 1925.

